



Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025, ÀS DEZENOVE HORAS, PARA APRESENTAÇÃO E EXPLANAÇÃO PELO PODER EXECUTIVO DO PROJETO DE LEI Nº 117/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 – LDO

Aos vinte e dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, nesta cidade de Votuporanga, Estado de São Paulo, no Palácio Oito de Agosto, sito na Rua Venezuela, nº 3819, Praça Vereador Viana Filho, Vila América, onde se situa o Poder Legislativo, realizou-se **AUDIÊNCIA PÚBLICA**, com transmissão simultânea e aberta à participação popular pelo canal oficial no YouTube da Câmara Municipal de Votuporanga, para apresentação, pelo autor Poder Executivo, do **PROJETO DE LEI Nº 117/2025, QUE DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2026 – LDO**. A audiência contou com a presença dos vereadores Débora Romani e Ricardo Bozo, com a presença de representantes do Executivo, sendo eles o Secretário Municipal da Fazenda Deosdete Aparecido Vechiato, acompanhado da servidora pública Dayene de Araujo Marques, bem como com a presença dos servidores desta Casa Legislativa Jocenir Fabio de Souza, Junior Faria Vitor, Larissa Marta Silva Cardoso e Thiago Ruvieri Delalibera e dos munícipes Emerson Alexandre Reganin e Everton Lopes Belai, conforme lista de presença em anexo. O vereador **RICARDO BOZO** assumiu a presidência cumprimentando a todos e informando que a presente audiência tem por finalidade a explanação acerca da segunda peça orçamentária referente ao exercício de 2026, isto é, a respeito do **PROJETO DE LEI Nº 117/2025**, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2026 – LDO. Declarada aberta a audiência, foi passada a palavra ao Secretário Municipal da Fazenda, Deosdete Vechiato, que após cumprimentar a todos, deu início a sua explanação informando que passarão agora para uma análise dos demonstrativos, destacou que as peças orçamentárias são compatibilizadas, sendo previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO os mesmos valores de receitas e despesas já apresentados na audiência anterior acerca do Plano Plurianual – PPA, recordou que o valor de **RECEITA PREVISTA**, para o ano de 2026, para a Prefeitura Municipal de Votuporanga é de R\$ 593.925.000,00 (quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), para a Autarquia SAEV Ambiental, R\$ 83.940.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais) e para o Instituto de Previdência – Votuprev montante de R\$ 68.988.000,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais), totalizando, para o ano de 2026, um total geral de receitas previstas para o Município de Votuporanga em R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais). Em seguida, demonstrou as receitas por **FONTES DE RECURSOS**, destacando-se que, por meio da Fonte 1 – Tesouro Municipal, estima-se em 2026 a receita de R\$ 407.679.000,00 (quatrocentos e sete milhões, seiscentos e setenta e nove mil reais), por meio da Fonte 2 – Transferências e Convênios Estaduais, estima-se em 2026 a receita de R\$ 116.919.000,00 (cento e dezesseis milhões, novecentos e dezenove mil reais), por meio da Fonte 5 – Transferências e Convênios Federais, estima-se em 2026 a receita de R\$ 69.217.000,00 (sessenta e nove milhões, duzentos e dezessete mil reais), e por meio da Fonte 7 – Operação de crédito, para o ano de 2026, o restante de saldo de empréstimo firmado em anos anteriores em R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais), totalizando então para a Prefeitura Municipal, para o ano 2026, o total estimado em receitas de R\$ 593.925.000 (quinhentos e noventa e três milhões, novecentos e vinte e cinco mil reais), já referente à Autarquia SAEV ambiental, apenas a Fonte de Recurso 4, que trata-se de recursos próprios da Administração Indireta, sendo para o ano de 2026, a previsão de R\$ 83.940.000,00 (oitenta e três milhões, novecentos e quarenta mil reais) e já para o Votuprev, também proveniente de Fonte de Recurso 4, já que trata-se de recursos próprios da Administração Indireta, para o ano de 2026, a previsão de R\$ 68.988.000,00 (sessenta e oito milhões, novecentos e oitenta e oito mil reais). Acrescentou que as despesas correntes se referem à manutenção do município, abrangendo pessoal, serviços de terceiros (pessoa física

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

ou jurídica) e material de consumo. Já as despesas de capital correspondem a investimentos em equipamentos, material permanente, obras e amortização da dívida pública. Também destacou a reserva de contingência, destinada a atender situações imprevistas não previstas no orçamento, como ações trabalhistas, precatórios ou indenizações julgadas. Continuou informando que o orçamento previsto para a Câmara Municipal, em 2026, é de de R\$ 11.208.000,00 (onze milhões, duzentos e oito mil reais), resultando, reiteradamente, o valor total do orçamento do município previsto para o ano de 2026 em R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), valor este utilizado para compor os programas e projetos estabelecido na lei orçamentária anual. O Secretário da Fazenda destacou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias em discussão orienta a elaboração e a execução orçamentária do exercício. Continuamente, discriminou que os valores previstos para investimentos no ano de 2026 são de, para a Prefeitura Municipal, R\$ 55.276.700,00 (cinquenta e cinco milhões, duzentos e setenta e seis mil e setecentos reais), para a Câmara Municipal, previsão de R\$ 1.221.000,00 (um milhão, duzentos e vinte e um mil reais), para a SAEV Ambiental, o montante de R\$ 10.339.000,00 (dez milhões, trezentos e trinta e nove mil reais) e para o Instituto de Previdência, o montante de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), totalizando o valor em investimentos em R\$ 66.896.700,00 (sessenta e seis milhões, oitocentos e noventa e seis mil e setecentos reais). Prosseguiu informando que o orçamento total geral, para o exercício de 2026, em R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais), comporta todas as Secretarias Municipais e órgãos da Administração Direta e Indireta, isto é, o orçamento previsto para o Gabinete do Prefeito é de R\$ 4.257.500,00 (quatro milhões, duzentos e cinquenta e sete mil e quinhentos reais), para a Secretaria Municipal de Governo R\$ 6.781.000,00 (seis milhões, setecentos e oitenta e um mil reais), para a Secretaria Municipal de Educação, na ordem de R\$ 194.214.700,00 (cento e noventa e quatro milhões, duzentos e quatorze mil e setecentos reais), para a Procuradoria Geral do Município R\$ 4.121.000,00 (quatro milhões, cento e vinte e um mil reais), para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico R\$ 3.509.000,00 (três milhões, quinhentos e nove mil reais), para a Secretaria Municipal de Planejamento Urbano, previsão de R\$ 9.513.000,00 (nove milhões, quinhentos e treze mil reais), para a Secretaria Municipal de Direitos Humanos R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais), para a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer R\$ 11.138.000,00 (onze milhões, cento e trinta e oito mil reais), para a Secretaria Municipal da Fazenda, previsão de R\$ 9.040.000,00 (nove milhões e quarenta mil reais), para a Secretaria Municipal da Administração, R\$ 12.769.000,00 (doze milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), para a Secretaria Municipal da Saúde, previsão de R\$ 159.589.700,00 (cento e cinquenta e nove milhões, quinhentos e oitenta e nove mil e setecentos reais), para a Secretaria Municipal da Cultura e Turismo, previsão R\$ 12.892.000,00 (doze milhões, oitocentos e noventa e dois mil reais), para a Secretaria Municipal de Trânsito, Transporte e Segurança, previsão de R\$ 15.162.000,00 (quinze milhões, cento e sessenta e dois mil reais), para Encargos Gerais do Município, o montante de R\$ 40.704.100,00 (quarenta milhões, setecentos e quatro mil e cem reais), para a Secretaria Municipal da Assistência Social R\$ 23.141.000,00 (vinte e três milhões, cento e quarenta e um mil reais), para o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente a previsão de R\$ 1.009.000,00 (um milhão, nove mil reais), para o Fundo Municipal do Idoso R\$ 634.000,00 (seiscentos e trinta e quatro mil reais), para a Secretaria Municipal do Bem-Estar Animal R\$ 3.022.000,00 (três milhões e vinte e dois mil reais), para o Fundo Municipal dos Direitos da Mulher o valor de R\$ 745.000,00 (setecentos e quarenta e cinco mil reais), para a Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Gabinete Civil R\$ 2.962.000,00 (dois milhões, novecentos e sessenta e dois mil reais), para a Secretaria Municipal de Obras Públicas, previsão de R\$ 45.165.000,00 (quarenta e cinco milhões, cento e sessenta e cinco mil reais), para a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos a previsão de R\$ 19.898.000,00 (dezenove milhões, oitocentos e noventa e oito mil reais), totalizando, contando com os orçamentos das

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

Autarquias SAEV Ambiental e Votuprev, o montante geral de R\$ 746.853.000,00 (setecentos e quarenta e seis milhões, oitocentos e cinquenta e três mil reais). O Secretário Municipal da Fazenda esclareceu que a despesa de pessoal é calculada com base na receita corrente líquida, composta por impostos, transferências constitucionais, receitas de convênios e transferências fundo a fundo. Explicou que existem dois tipos de receita: receita corrente e receita de capital, sendo que a receita de capital só pode ser utilizada para despesas de capital, enquanto a receita corrente pode financiar tanto despesas correntes quanto de capital. Prosseguiu exemplificando, dirigindo-se à vereadora Débora Romani, em virtude dos questionamentos realizados por esta na Audiência anterior acerca do PPA, o orçamento que será destinado às entidades, com exceção da Santa Casa de Misericórdia, que prestam serviços de assistência social, sendo uma previsão de repasse de cerca de R\$ 4.830.000,00 (quatro milhões, oitocentos e trinta mil reais) no ano de 2026. Continuou discriminando o orçamento geral de R\$ 23.141.000,00 (vinte e três milhões, cento e quarenta e um mil reais) da Secretaria de Assistência Social, sendo o valor estimado de R\$ 7.000,00 (sete mil reais) para contratação por tempo determinado, R\$ 10.479.000,00 (dez milhões, quatrocentos e setenta e nove mil reais) para despesa de pessoal, incluindo vencimentos e vantagens, cerca de R\$ 12.000.000,00 (doze milhões de reais) para despesas correntes, isto é, .830.000,00 (quatro milhões, oitocentos e trinta mil reais) para as entidades, R\$ 7.497.000,00 distribuídos em gastos para a manutenção da Secretaria, isto é, gastos com diárias, despesa de viagem e material de consumo, serviço de terceiro pessoa jurídica ou física, obrigações tributárias e auxílio financeiro à pessoa física, como por exemplo, os beneficiados pelo Programa Votuporanga em Ação que, embora contemplados por meio da Secretaria dos Direitos Humanos, as despesas são pagas pela Secretaria de Assistência Social. Deosdete Vechiato destacou que os números apresentados estão em formato consolidado, abrangendo todas as secretarias e áreas do município. Esclareceu que o orçamento é um demonstrativo aberto, no qual é possível consultar detalhadamente as informações por secretaria e divisão, como no caso da Secretaria de Educação, que possui diversos anexos específicos além do consolidado. Ressaltou que os vereadores podem ter acesso às informações detalhadas consultando o processo orçamentário, no qual constam dados como gastos com pessoal, serviços e materiais de cada setor e finalizou sua explanação, colocando-se à disposição para esclarecimentos. Realizada a explanação, o presidente da Audiência abriu a palavra para os questionamentos dos senhores vereadores ou público presente, com a palavra, a vereadora Débora Romani questionou como poderia propor emendas ao orçamento, considerando a necessidade de identificar de onde retirar recursos para atender outras demandas de secretarias. O Secretário Municipal da Fazenda, Deosdete Aparecido Vechiato, explicou que as emendas parlamentares são um direito dos vereadores, porém existem limitações legais, como não poder alterar despesas de pessoal, amortização da dívida pública, educação e saúde, por serem receitas vinculadas. Destacou ainda que o orçamento municipal é enxuto, elaborado com base em projeções reais de crescimento e despesas, não havendo grande margem para remanejamentos sem comprometer outras áreas. A vereadora manifestou preocupação com gastos que poderiam ser otimizados em algumas secretarias, defendendo maior transparência e detalhamento das despesas para permitir uma análise mais precisa. O secretário reconheceu a pertinência das observações, mas ressaltou que a avaliação da gestão interna de gastos cabe a cada secretaria. Esclareceu também que as compras são realizadas pela Secretaria de Administração, por meio de processos licitatórios, a partir das solicitações das secretarias, garantindo legalidade e controle. O munícipe Everton Lopes Belai agradeceu o espaço e questionou se emendas obtidas junto a deputados poderiam ser destinadas diretamente a uma secretaria específica, haja vista que angariou uma emenda junto à ALESP para determinada área. O secretário respondeu que, quando a emenda é direcionada a uma área determinada — por exemplo, esporte —, ela é vinculada àquela finalidade, podendo ser usada conforme o tipo definido, como custeio ou investimento. O munícipe também perguntou se as informações

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.





Câmara Municipal de Votuporanga

PALÁCIO 8 DE AGOSTO

orçamentárias apresentadas na audiência estavam acessíveis ao público. O secretário afirmou que todos os dados são públicos e que as peças orçamentárias detalhadas são encaminhadas à Câmara Municipal e podem ser consultadas por qualquer cidadão. Não havendo mais nenhum questionamento, o Presidente Ricardo Bozo agradeceu pelas participações e abriu para as considerações finais. O Secretário Municipal da Fazenda agradeceu pela oportunidade e aproveitou para convidar os presentes para permanecer na próxima Audiência, a respeito da Lei Orçamentária Anual – LOA. A presente Audiência foi gravada e a cópia de todos os documentos apresentados estará à disposição dos interessados junto ao Processo Legislativo nº 393/2025, arquivados na Secretaria Administrativa da Câmara Municipal. ****ESTA ATA É UM RESUMO DO ANDAMENTO DA AUDIÊNCIA, QUE PODE SER ASSISTIDA NA ÍNTEGRA, POR MEIO DO LINK ABAIXO****. Nada mais havendo a ser tratado, eu, Larissa Marta Silva Cardoso, Servidora Pública desta Casa Legislativa, lavrei a presente ata, que será assinada digitalmente por mim e pelo Vereador que conduziu os trabalhos. Plenário Dr. Octávio Viscardi, data supra.

Link da audiência no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=x_-LjFjvXpk

RICARDO BOZO
PRESIDENTE DA AUDIÊNCIA

Documento assinado digitalmente nos termos da Resolução nº 01, de 02 de fevereiro de 2021, da Câmara Municipal de Votuporanga, conforme impressão à margem direita.

